

Artur Virgílio

Mas pactuamos também no Governo que não íamos atender nenhum tipo de emenda que ampliasse despesa, ou seja, o Governo já chegou no limite. O Governo, inclusive, tem um dispositivo já negociado sobre as medidas provisórias que pactua que aumentos futuros que estão condicionados poderão ser até suspensos ou atrasados por conta da nova conjuntura de arrecadação do próximo ano, se houver queda de receita.

Então, infelizmente, não poderemos atender várias solicitações, várias demandas, muitas delas justas, de segmentos do funcionalismo público, de aumento de despesa. Não é a hora de ampliar aumento de despesa, despesa de custeio, despesa permanente, no contexto em que estamos vivendo.

Por outro lado, existem também emendas que tratam de algumas questões. Uma delas, do sistema de avaliação da Receita Federal. Estou mantendo agora contato com a Receita Federal e com o Ministério do Planejamento para verificar se é possível avançar nessa questão.

A posição do Governo, até então, é manter a medida provisória da forma como está, mas, como haverá debate nesta tarde, estou mantendo contato. Espero, dentro de pouco tempo, poder me pronunciar sobre esse caso específico do sistema de avaliação.

Nos outros, a posição do Governo é a manutenção dos textos da forma como estão previstos na atual medida provisória, que está vigendo e tem prazo de vigência até dezembro.

Essa é a posição do Governo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, e, em seguida, ao Líder do Democratas, Senador José Agripino.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr.

Presidente, antes de mais nada, peço que V. Ex^a me inscreva para discutir a matéria logo a seguir. Mas, antes, e respondendo à positiva provocação do Senador Valdir Raupp, que é o relator eminente dessa matéria, tenho a dizer que nós, com a ressalva que aqui já foi posta pelo Senador Romero Jucá, a ressalva de podermos discutir a recepção da reivindicação do Unafisco, que não acresce despesas ao corpo do projeto e que, portanto, não foge ao nosso propósito de colaborar com qualquer política que vise a um regime de austeridade sobre as contas públicas no País, com essa ressalva, aceitamos discutir e normalmente votar essa matéria, a Medida Provisória nº 440, deixando-se a MP nº 441, que tem contornos mais complexos, para a próxima terça-feira.

Agora, Sr. Presidente, faço questão de, daqui a pouco, da tribuna, esclarecer melhor meu ponto de vista. O Governo nos submete a uma situação kafkiana, porque o Ministro faz apelos na direção do corte de gastos, mas estamos vendo – e não discuto aqui o mérito –, todos os dias, iniciativas inclusive de parlamentares da base governista para aprovarem em comissões, e, às vezes, em caráter terminativo, matérias que aumentam despesas, sim.

Fiquei aturdido porque, quando o Ministro da Fazenda pediu – e pediu justamente na minha intervenção – que nós aqui não aumentássemos mais gastos, ou seja, não votássemos matérias que contivessem mais acréscimo de gastos públicos, gastos correntes, gastos de custeio, perguntei se ele havia combinado isso com o partido dele, se ele havia combinado isso com o próprio Governo, porque as matérias vêm de lá. E o que acontece? Recebemos pressão legítima de setores da sociedade. Como é que não se recepcionam as idéias, porventura boas, vindas desses setores? Como é que não se faz isso? Vem um pacote fechado? É só o que o Governo quer? Não se pode colocar idéia outra qualquer?

Por outro lado, se há uma preocupação grande com austeridade – e dizia isso agora há pouco para servidores públicos que aqui estão, com a sinceridade com que costumo dialogar com as pessoas – e o Governo está convencido de que deve evitar gastos, de que há uma crise grave, se já se convenceu da gravidade da crise, o Ministro Mantega não tem de falar comigo; ele tem de pedir ao Presidente, através de uma exposição de motivos assinada por ele, que o Presidente retire as medidas provisórias. Pode fazer isso a qualquer momento.

Mas estamos vendo um certo jogo de empurra. Ou não há coordenação política suficiente sobre a Bancada governista – e aí cada um faz o que quer, sem se dar conta de que há uma crise muito grave sobre a cabeça de todos –, ou existiria algo perverso, que seria “aprova aqui, para a Câmara breçar” - mas já foi feita a média com os aposentados. “Aprova aqui, para não sei mais o quê” - mas aí já foi feita uma média com não sei mais quem. E não se enfrenta crise

com média: se enfrenta crise com atitude; se enfrenta crise com medidas de austeridade; se enfrenta crise buscando consensos nacionais. Não se enfrenta crise com brincadeira de faz-de-conta.

Portanto, Sr. Presidente, pretendo, daqui a pouco, falar de maneira mais densa sobre esse tema. Mas, como essa MP nº 440 trata de reorganização, de reestruturação de carreiras – não trata propriamente de acréscimo de despesas –, nós nos dispomos a, em um acordo com o Líder Romero Jucá, acatando a sugestão da Unafisco, votar hoje esta matéria, deixando a discussão, que será dura, será sofisticada, será complexa, da matéria seguinte, a Medida Provisória nº 441, para a próxima semana, para a terça-feira.

Mas eu gostaria muito de fazer um pouco hoje a psicanálise deste Governo. E vou fazer isso, Sr. Presidente. Vou aproveitar a sessão para fingir que não sou das Ciências Sociais e vou assumir outra função. Não me prendam por exercício ilegal da Medicina, mas vou ser um pouco psicanalista de um governo que diz uma coisa e faz outra a vida inteira. Daqui a pouco, estarei na tribuna, portanto, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Prorrogo a sessão, Sr^{as} e Srs. Senadores, por mais uma hora. Conseqüentemente, para as 19 horas e 36 minutos. Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estávamos discutindo com o Senador Romero Jucá, com o Relator Valdir Raupp e com interessados no caso, auditores da Receita Federal e do Ministério do Trabalho.

Qual é a questão que está sendo discutida? É reivindicação salarial? Não. Na minha opinião, é uma coisa sagrada na relação política: cumprimento de acordo pactuado. As Medidas Provisórias nºs 440 e 441 vão ser objeto de grandes discussões, porque o que se vai desejar é que aquilo que está nos textos seja acrescido ou retificado por aquilo que foi objeto de debate, de entendimento e de acordos entre o Governo e as categorias. Muitos deles são acordos escritos e que não estão honrados nem na Medida Provisória nº 440, nem na Medida Provisória nº 441.

Tais acordos propõem melhoria salarial? Sim. Propõem, sim. Foram propostos por nós, da Oposição, criando despesa? Não, não, não. Por nós, não. Por quem governa. Quem é eleito para governar governa assumindo responsabilidades, fazendo avaliação das contas do Orçamento, quanto tem e quanto pode gastar. E o Governo fez a avaliação dele e propôs as MPs nºs 440 e 441. Elas envolvem criação de despesa? Sim.

O Governo reitera que pode pagar as despesas criadas? Sim, reitera. Por que nós, da Oposição, poderíamos ser mais realistas do que o rei e votar contra? Por conta da crise? Quem avalia as conseqüências da crise é o Governo, que está propondo as MPs nºs 440 e 441. Elas criam despesas? Sim, que o Governo acha e reafirma que pode honrar.

E nós vamos votar a favor. Vamos votar a favor porque nos cabe fiscalizar, nos cabe retificar, nos cabe aperfeiçoar, mas nos cabe fazer justiça. Justiça, no caso, a quem? A servidores públicos, com quem o Governo vem negociando há muito tempo. Colocou as reivindicações todas na matéria? Não. Tem muita demanda como essa. A demanda a que o Senador Romero Jucá se referiu agora é uma demanda que não cria despesa nenhuma. Ela cria expectativas de carreira, critérios de avaliação, critérios de avaliação de desempenho de auditores fiscais. Foi feita uma negociação, foi feito um debate, um entendimento entre a categoria e o órgão, e o encaminhamento das negociações, os acordos não estão contidos no texto.

O que eles pleiteiam? Que o texto contenha aquilo que significa a essência do entendimento, que não está composto, não está contido.

O que se quer fazer é justiça às conversas, aos entendimentos. Não se quer criar despesa adicional nenhuma. Em tempos de crise, eu entendo que se deve pugnar, sim, pelo cumprimento de palavra, Agora, despesa criada, não, não necessariamente. Agora, cumprimento de palavra, sim.

O que eu desejo, Sr. Presidente, dizendo que a nossa disposição é de votar as matérias propostas pelo Governo, criando as despesas que o Governo diz ter meios para honrar, é dizer que o meu Partido votará, para cumprir os benefícios que o Governo está propondo. Agora, quer fazer justiça. Aquilo que foi objeto de debate, de discussão, de entendimento entre categoria e Governo, que seja honrado, e a hora é agora. A hora é agora.

Se o Líder do Governo quiser votar simbolicamente essa matéria, sem criar despesa nenhuma, basta que pactue ou anuncie que o entendimento está posto e que o Governo concorda, pela

sua palavra, em que os termos na MP da progressão na carreira funcional dos auditores da Receita e do Ministério do Trabalho sigam, não aquilo que está exatamente descrito na MP, mas aquilo que está pactuado nos entendimentos anteriores. Feito isso, o nosso voto será favorável e pela criação das vantagens propostas pelo Governo para as categorias funcionais.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Jefferson Praia.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho aqui em minhas mãos um documento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – Secretaria de Recursos Humanos. Este documento trata do seguinte: define o termo de acordo resultante das negociações havidas entre o Governo Federal e as entidades sindicais e associações de caráter sindical representativa dos servidores dos cargos de Auditor Fiscal, da carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil, e Auditor Fiscal do Trabalho para fins de definição da nova estrutura remuneratória.

Sr. Presidente, dentro do contexto deste acordo, temos diversas cláusulas: entre elas percebo a melhoria da remuneração dos servidores dos cargos de Auditor Fiscal, da carreira de Auditoria da Receita Federal, e Auditor do Trabalho; a reestruturação da tabela remuneratória dos servidores dos cargos de Auditor Fiscal, da carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil e Auditor Fiscal do Trabalho.

Destaco, Sr. Presidente, que este acordo foi assinado no dia 30 de junho de 2008 (é importante percebermos essa data). Foi assinado pela Secretaria de Recursos Humanos, pela Secretaria da Receita Federal, pela Secretaria de Inspeção do Trabalho, pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – Anfip, pela Federação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – Fenafisp, pelo Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – Sinait, pelo Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – Unafisco.

Portanto, Sr. Presidente, temos aqui, caro Senador Valdir Raupp, desde o dia 30 de junho, um documento assinado por essas instituições, um acordo firmado entre o Governo e essas instituições.

O que me chama a atenção? Primeiramente, a data do documento: antes da crise econômica, antes da crise financeira que estamos atravessando atualmente. Por isso eu gostaria de pedir ao relator e ao Líder do Governo que se reúnam novamente com essas instituições para discutir e rediscutir esses assuntos. Se o argumento é a crise econômica, não podemos deixar de lado um acordo firmado entre o Governo e as instituições. Acordo, Sr. Presidente, para mim, é acordo, está documentado. Não ficaria bem para o Governo assinar um documento (são várias instituições do Governo Federal) com as instituições que representam os trabalhadores e não cumpri-lo, estabelecendo uma nova regra do jogo, dentro do contexto da medida provisória.

Portanto, a sugestão que faço, Senador Valdir Raupp, é discutir e rediscutir com as instituições, colocando o novo momento que o País atravessa. É verdade que boa parte das reivindicações dificilmente poderá ser contemplada diante da crise econômica, mas acredito que poderemos chegar a novo acordo. Não se pode ter um acordo e se editar uma medida provisória desconsiderando-o, sem que haja uma conversa no sentido de fazer com que o que foi acordado anteriormente seja, pelo menos, rediscutido. Este documento não pode ficar sem validade.

É esta a atenção que peço ao Senador Valdir Raupp, ao Líder do Governo, Senador Romero Juca, na verdade, à Bancada do Governo, para que possamos dar satisfação aos funcionários públicos deste País quanto ao cumprimento de acordos. A palavra não se trai; principalmente não se trai o que se assina. No mínimo, tem que haver uma discussão sobre esses pontos. Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

Artur Virgílio

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de mais nada, reforço a solidariedade do Senador João Pedro ao povo de Manaus pelos resultados nefastos do temporal que se abateu sobre a cidade, interrompendo as comunicações e criando uma situação que eu sei que será de absoluto desconforto, sobretudo para as camadas mais modestas e mais pobres da população da periferia da minha cidade. Sei que haverá pronta reação por parte do Prefeito Serafim Corrêa e imagino que haverá, igualmente, uma ação estadual, bem como cooperação das autoridades federais para que a situação se normalize. As chuvas estão sendo fortes e os danos são ainda desconhecidos nos seus efeitos maiores.

Sr. Presidente, lamento este momento de plenário já esvaziado, mas eu gostaria de deixar bem claro que o Senador Valdir Raupp, em boa hora, se dispôs a votar a partir de terça-feira próxima. O PSDB não ia mesmo permitir a votação hoje. Já havíamos tomado essa decisão. Ouvimos a nossa estimada Líder do PT aqui discorrer sobre os remédios do Governo Lula contra a crise. Eu não vi remédio algum até o momento. O que ele tem de instrumentos para enfrentar a crise é, precisamente, o que herdou do Governo passado – digo aqui de maneira técnica e clara: metas de inflação, o sistema de câmbio flutuante e a idéia de que se deve ter uma economia fiscalmente ajustada. Isso é que tem possibilitado ao Brasil transformações que tornaram o País menos vulnerável, embora seja ainda muito vulnerável – a crises internacionais. Os efeitos dessa crise de fora para dentro já estão aqui.

Antes de mais nada, Sr. Presidente, vamos falar aqui uma verdade. V. Ex^a, com muita coragem e com muita perspicácia, referiu-se à inconstitucionalidade da Medida Provisória nº 440, e ela é inconstitucional mesmo. Não se faz reforma de Estado, se essa era a pretensão do Governo, pela via de medida provisória. E V. Ex^a não discutiu sequer o mérito.

Senador Alvaro Dias, precisamos mergulhar na verdade. E não se enfrenta uma situação sem se mergulhar profundamente na verdade.

Quero louvar aqui o gesto do Senador Valdir Raupp, que foi corajoso. O Senador Valdir Raupp tirou o véu da face de algumas pessoas.

A medida provisória que será apreciada por nós na terça-feira causa impacto financeiro, sim. Vamos admitir logo uma coisa que é verdadeira. A proposta do Unafisco é de reestruturação da carreira. Ela não causa impacto financeiro. A medida provisória, de modo geral, causa impacto financeiro, sim. Até lhe digo como: R\$1,9 bilhão em 2008, R\$4,7 bilhões em 2009, R\$6,6 bilhões em 2010 e R\$7,7 bilhões em 2011.

Sr. Presidente, quero deixar bem claro, porque sei que, por mais que não tenham ficado para o debate, haverão de ouvir, pois as Casas são cheias de alto-falantes. Se a Líder do PT retornar com linguagem arrogante na terça-feira, não se vota na terça-feira também. Passou a tarde com pequenas provocações, dizendo *nonsense* a respeito dessa lei e dessa questão do piso salarial, que deve ser discutida aqui politicamente. Ou já é o PT se preparando para perder a eleição e voltar para as suas passeatas, tentando recuperar o velho caráter de sempre? Não vi essas passeatas todas quando o Procurador-Geral da República denunciou 40 ladrões, muitos deles enquistados nos principais gabinetes do Palácio do Planalto. Não vi essas passeatas todas.

Sr. Presidente, gostaria muito de ter uma manifestação do Ministro Mantega, porque tem havido até uma discrepância entre setores do PSDB. Entendemos que o Governo governa e deve saber como faz as suas contas, como arca com as suas despesas. Dizer que não há impacto financeiro não é verdade. O impacto, como muito bem lembra o Líder Valdir Raupp, é de R\$20,9 bilhões: R\$1,9 bilhão em 2008, R\$4,7 bilhões em 2009, R\$6,6 bilhões em 2010, R\$7,7 bilhões em 2011.

E mais: o Ministro Guido Mantega, ao responder a uma indagação minha sobre a crise financeira, na Comissão de Assuntos Econômicos, recentemente, pediu que, aqui, não votássemos mais nada que acrescesse despesas à União.

Eu, fazendo um pouco o papel da Velhinha de Taubaté, recomendei à minha assessoria da liderança do PSDB que recebesse, como sempre o PSDB fez e fará, todas as reivindicações que viessem das categorias de servidores públicos, para nós olharmos com cuidado reivindicações justas para vermos se elas seriam cabíveis neste momento, diante inclusive do apelo feito pelo Ministro Guido Mantega, pelo que eu saiba, Ministro do Governo do Presidente Lula; pelo que eu saiba, integrante desse Governo, mesmo Governo da Senadora Ideli, que ainda há pouco estava aqui a dizer que dá para gastar, para gastar e para gastar. Com base nas conversas que a nossa liderança teve, com responsabilidade, com lideranças de servidores públicos, Senador Francisco Dornelles, nós acolhemos algumas sugestões e as transformamos em destaques, inclusive.

Muito bem. Chega essa votação, para mim é uma surpresa. Eu não sei o parecer do Senador

Valdir Raupp, ainda. Não tenho a menor idéia do que será o seu parecer. Mas percebi que ninguém do Governo ratificou as declarações do Ministro Guido Mantega, nem o apelo do Ministro Guido Mantega. Ninguém, Senador Expedito. Ninguém.

Ao contrário, o Ministro Paulo Bernardo, do Planejamento – já concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Dornelles, com muita honra –, em declarações, no dia seguinte à vinda de Guido Mantega à CAE (Comissão de Assuntos Econômicos), disse que manteria esses acordos que estão sendo tão ansiosamente aguardados pelos servidores públicos aqui representados por suas lideranças legítimas. Quero apenas o jogo da verdade, não convivo com a mentira. Então, temos um Ministro que diz: não se pode mais elevar despesas correntes; um outro Ministro que diz que é para manter os compromissos. Em princípio, compromisso é para ser mantido mesmo, mas há dois Ministros em choque, como há choque entre o Ministro Mantega e o Presidente do Banco Central.

Vamos ser sinceros. Quero aqui, de uma vez por todas, fazer o alerta. Não sinto que seja o meu papel nem o de V. Ex^a, Senador Alvaro Dias, chegar aqui e, quixotesicamente, votarmos contra, se sabemos que há uma determinação de um Governo que, supostamente, sabe fazer contas e que deve saber se pode arcar ou não com essas despesas, e, portanto, imagino que saiba o que está fazendo. Mas, se o Ministro Mantega quisesse efetivamente, Senador Dornelles, evitar esses gastos que aqui estão, teria pedido ao Presidente, através de uma exposição de motivos, que retirasse as duas medidas provisórias.

Então, não vou aceitar essa coisa que para mim é cretina. Tenho horror à cretinice. É só ir aos dicionários. Tem dicionário médico, que diz uma coisa da cretinice, do cretinismo, e tem os dicionários comuns. Não vou aceitar essa coisa cretina de dizer que a Oposição é coveira dos servidores públicos. Até porque, se questionamos a constitucionalidade, por uma questão de princípios, o Governo acha que o mérito está justo, que ele consegue arcar com isso, então, que vá arcar com isso.

Agora, há contradição entre o Presidente que quer ficar com 200% de popularidade, embora tendo sido derrotado em todas as eleições nevrálgicas de que participou, e o Ministro que diz que é para não gastar – e ainda o outro Ministro diz que é para gastar. O Ministro Mantega diz que é para aumentar os gastos públicos, contrariando sua própria definição. O Ministro Presidente do Banco Central – que aliás não deveria nem ser Ministro, deveria ser Presidente do Banco Central independente, é assim que eu prego – diz que o resultado da reunião do G-20 foi errado, equivocado e que a receita não é aumentar gastos públicos.

Muito bem, estou aqui deixando bem claro. Estou me dirigindo aqui à minha prezada Líder do PT: ou aprendem a dialogar conosco em nível de respeito, com seriedade, com humildade – e não basta o tom de voz fingir humildade; é fundamental uma postura humilde mesmo no que está dizendo –, ou nós tomaremos uma atitude drástica na terça-feira e não permitiremos votação de medida qualquer. Estou avisando hoje, com muita tranquilidade.

O Senador Valdir Raupp apenas se antecipou ao que eu ia anunciar da tribuna. Eu ia anunciar da tribuna que eu estava colocando os meninos de castigo. Quem se porta como menino deve ficar de castigo mesmo. Então, não haveria votação.

Deve falar de economia quem entende de economia; deve falar de direito quem entende de direito; deve falar de arquitetura quem entende de arquitetura. Eu não debato arquitetura com Oscar Niemeyer. A Líder deveria meditar mais sobre o que fazer ou requisitar melhor de sua assessoria informações para não cair em contradições que podem ser intelectualmente lamentáveis.

Portanto, estou avisando, com muita tranquilidade, já desde hoje: vamos rasgar o véu.

O Senador Raupp não adiou a votação porque concluiu coisa alguma. Ele sabia que eu vinha a esta tribuna – e a palavra foi concedida, antes de mim, a ele e a mais algumas pessoas – para dizer que nós não vamos negociar com pessoas que se portem de maneira irresponsável e arrogante. Irresponsabilidade já é grave, arrogância é grave. As duas coisas juntas formam uma mistura explosiva. E não vamos, então, negociar com gente arrogante e irresponsável.

Tratem de pôr *quorum* ou venham com o senso de quem tem uma crise a enfrentar, com argumentos, e venham discutir conosco, inclusive a partir de coisas que ouvimos dos servidores públicos, de distorções que eles próprios detectam dentro dessa medida provisória, distorções que eles próprios detectam nelas. Agora, acabar a empulhação: “Estamos apenas reestruturando, não tem gastos”. A Nação precisa saber: há gastos sim, no montante de R\$ 20,9 bilhões. Acabar com a empulhação! A Medida 441 tem maior impacto ainda, Senador Francisco Dornelles. O impacto é maior ainda.

Por outro lado, não estou vendo, em relação à crise, medida concreta qualquer tomada por este Governo. O aparelhamento para o enfrentamento da crise é todo antigo, pouca coisa

nova, ainda do primeiro mandato do Presidente Lula. O resto é antigo. São as reformas estruturais feitas quando V. Ex^a, Senador Dornelles, era Líder do PP na Câmara dos Deputados. Reformas feitas sobretudo no nível macro e algumas no nível microeconômico. A transformação que, a partir de 1999, se viu na economia brasileira com a crise cambial: o câmbio passou a flutuar, estabeleceu-se o sistema de metas de inflação e se passou a observar, por meio de superávits primários, a idéia do ajuste fiscal.

Ajuste fiscal que no Brasil nunca foi de boa qualidade, porque sempre se baseou em aumento de receita e não em corte de despesas. Ajuste fiscal baseado em aumento de receita e não em corte de despesas entra em *débacle* no momento em que a despesa cai por força de uma crise de fora para dentro, a receita cai, e a despesa não cai porque o Governo brasileiro não é anticíclico, como costuma dizer. Algumas pessoas dizem: “Ah, podemos fazer como o Chile, que poupa nos momentos de bonança para gastar nos momentos de vacas magras”. Acontece que, no Brasil, nos momentos de bonança, gastaram sempre mais do que a inflação, sempre, descontada a inflação, 5%, 6%, 7%, 9% reais em cima do Produto Interno Bruto. Ou seja, não adiantava o PIB crescer 2%, porque gastavam isso em nível real acima do PIB. Não adiantava o PIB crescer a 5%, porque esse crescimento era engolido pela gastança pública. Há anos, digo, tenho consumido este meu mandato dizendo que este Governo planta uma crise fiscal há muito tempo. Essa crise fiscal está se desenhando no horizonte.

Ouçõ V. Ex^a, Senador Francisco Dornelles, com muita honra.

O Sr. Francisco Dornelles (Bloco/PP – RJ) – Senador Arthur Virgílio, a Receita Federal possui um quadro técnico dos mais qualificados da Administração Pública brasileira. São pessoas selecionadas talvez no concurso em que exista o maior número de candidatos e a menor relação entre candidatos e pessoas aprovadas. E passaram, nos dois últimos anos, num amplo acordo sobre ajustes da sua remuneração, que ficava totalmente defasada em relação a outros segmentos da Administração Pública. Esse projeto que aqui veio esqueceu alguns compromissos assumidos. Fui por eles informados de que V. Ex^a apresentou alguns destaques de emendas, para corrigir essas distorções. Esses destaques são fundamentais para corrigir injustiças que estão sendo cometidas contra técnicos da Receita Federal. Quero cumprimentar V. Ex^a pela sua sensibilidade. V. Ex^a compreende a importância da Receita Federal no contexto da Administração Pública, o que é uma carreira de Estado. E quero dizer, desde já, que os destaques feitos por V. Ex^a em relação à Receita Federal terão meu integral apoio. Muito obrigado, Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Francisco Dornelles. Inclusive até porque seus colegas da Receita Federal têm que ser acionados para arranjar dinheiro para cobrir toda essa gastança. Eles são fundamentais. Eu os vejo como um investimento fundamental. Eles são os que arranjam dinheiro para que se custeie o País. Portanto, entendo que eles tiveram preocupação – e minha conversa com eles foi muito madura – de colocar a questão da carreira, do fim das distorções, acima da questão salarial, da questão pecuniária em si própria. A conversa foi muito boa, e minha assessoria ficou muito feliz de ter conversado com pessoas de nível tão elevado, de perspectiva de País tão justa. Digo a V. Ex^a que fico muito honrado com o apoio de V. Ex^a. A preocupação é a mesma, de corrigir as distorções.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Casagrande, V. Ex^a me permitiria apenas uma breve comunicação? (Pausa.) É apenas, Sr. Presidente, para comunicar, inclusive a V. Ex^a, como membro da Comissão, que houve um entendimento com o nosso Relator Inácio Arruda, e amanhã teremos, às 9 horas, uma reunião da CPI das ONGs, para tratarmos do futuro dessa Comissão. Portanto, comunico a V. Ex^a e aos demais membros da Comissão a importância dessa reunião amanhã, às 9 horas da manhã.

José Agripino

Mas pactuamos também no Governo que não íamos atender nenhum tipo de emenda que ampliasse despesa, ou seja, o Governo já chegou no limite. O Governo, inclusive, tem um dispositivo já negociado sobre as medidas provisórias que pactua que aumentos futuros que estão condicionados poderão ser até suspensos ou atrasados por conta da nova conjuntura de arrecadação do próximo ano, se houver queda de receita.

Então, infelizmente, não poderemos atender várias solicitações, várias demandas, muitas delas justas, de segmentos do funcionalismo público, de aumento de despesa. Não é a hora de ampliar aumento de despesa, despesa de custeio, despesa permanente, no contexto em que estamos vivendo.

Por outro lado, existem também emendas que tratam de algumas questões. Uma delas, do sistema de avaliação da Receita Federal. Estou mantendo agora contato com a Receita Federal e com o Ministério do Planejamento para verificar se é possível avançar nessa questão.

A posição do Governo, até então, é manter a medida provisória da forma como está, mas, como haverá debate nesta tarde, estou mantendo contato. Espero, dentro de pouco tempo, poder me pronunciar sobre esse caso específico do sistema de avaliação.

Nos outros, a posição do Governo é a manutenção dos textos da forma como estão previstos na atual medida provisória, que está vigendo e tem prazo de vigência até dezembro.

Essa é a posição do Governo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, e, em seguida, ao Líder do Democratas, Senador José Agripino.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr.

Presidente, antes de mais nada, peço que V. Ex^a me inscreva para discutir a matéria logo a seguir. Mas, antes, e respondendo à positiva provocação do Senador Valdir Raupp, que é o relator eminente dessa matéria, tenho a dizer que nós, com a ressalva que aqui já foi posta pelo Senador Romero Jucá, a ressalva de podermos discutir a recepção da reivindicação do Unafisco, que não acresce despesas ao corpo do projeto e que, portanto, não foge ao nosso propósito de colaborar com qualquer política que vise a um regime de austeridade sobre as contas públicas no País, com essa ressalva, aceitamos discutir e normalmente votar essa matéria, a Medida Provisória nº 440, deixando-se a MP nº 441, que tem contornos mais complexos, para a próxima terça-feira.

Agora, Sr. Presidente, faço questão de, daqui a pouco, da tribuna, esclarecer melhor meu ponto de vista. O Governo nos submete a uma situação kafkiana, porque o Ministro faz apelos na direção do corte de gastos, mas estamos vendo – e não discuto aqui o mérito –, todos os dias, iniciativas inclusive de parlamentares da base governista para aprovarem em comissões, e, às vezes, em caráter terminativo, matérias que aumentam despesas, sim.

Fiquei aturdido porque, quando o Ministro da Fazenda pediu – e pediu justamente na minha intervenção – que nós aqui não aumentássemos mais gastos, ou seja, não votássemos matérias que contivessem mais acréscimo de gastos públicos, gastos correntes, gastos de custeio, perguntei se ele havia combinado isso com o partido dele, se ele havia combinado isso com o próprio Governo, porque as matérias vêm de lá. E o que acontece? Recebemos pressão legítima de setores da sociedade. Como é que não se recepcionam as idéias, porventura boas, vindas desses setores? Como é que não se faz isso? Vem um pacote fechado? É só o que o Governo quer? Não se pode colocar idéia outra qualquer?

Por outro lado, se há uma preocupação grande com austeridade – e dizia isso agora há pouco para servidores públicos que aqui estão, com a sinceridade com que costumo dialogar com as pessoas – e o Governo está convencido de que deve evitar gastos, de que há uma crise grave, se já se convenceu da gravidade da crise, o Ministro Mantega não tem de falar comigo; ele tem de pedir ao Presidente, através de uma exposição de motivos assinada por ele, que o Presidente retire as medidas provisórias. Pode fazer isso a qualquer momento.

Mas estamos vendo um certo jogo de empurra. Ou não há coordenação política suficiente sobre a Bancada governista – e aí cada um faz o que quer, sem se dar conta de que há uma crise muito grave sobre a cabeça de todos –, ou existiria algo perverso, que seria “aprova aqui, para a Câmara breicar” - mas já foi feita a média com os aposentados. “Aprova aqui, para não sei mais o quê” - mas aí já foi feita uma média com não sei mais quem. E não se enfrenta crise com média: se enfrenta crise com atitude; se enfrenta crise com medidas de austeridade; se enfrenta crise buscando consensos nacionais. Não se enfrenta crise com brincadeira de faz-de-conta.

Portanto, Sr. Presidente, pretendo, daqui a pouco, falar de maneira mais densa sobre esse tema. Mas, como essa MP nº 440 trata de reorganização, de reestruturação de carreiras – não trata propriamente de acréscimo de despesas –, nós nos dispomos a, em um acordo com o Líder Romero Jucá, acatando a sugestão da Unafisco, votar hoje esta matéria, deixando a discussão, que será dura, será sofisticada, será complexa, da matéria seguinte, a Medida Provisória nº 441, para a próxima semana, para a terça-feira.

Mas eu gostaria muito de fazer um pouco hoje a psicanálise deste Governo. E vou fazer isso, Sr. Presidente. Vou aproveitar a sessão para fingir que não sou das Ciências Sociais e vou assumir outra função. Não me prendam por exercício ilegal da Medicina, mas vou ser um pouco psicanalista de um governo que diz uma coisa e faz outra a vida inteira. Daqui a pouco, estarei na tribuna, portanto, Sr. Presidente. Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Prorrogo a sessão, Sr^{as} e Srs. Senadores, por mais uma hora. Conseqüentemente, para as 19 horas e 36 minutos.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estávamos discutindo com o Senador Romero Jucá, com o Relator Valdir Raupp e com interessados no caso, auditores da Receita Federal e do Ministério do Trabalho.

Qual é a questão que está sendo discutida? É reivindicação salarial? Não. Na minha opinião, é uma coisa sagrada na relação política: cumprimento de acordo pactuado. As Medidas Provisórias nºs 440 e 441 vão ser objeto de grandes discussões, porque o que se vai desejar é que aquilo que está nos textos seja acrescido ou retificado por aquilo que foi objeto de debate, de entendimento e de acordos entre o Governo e as categorias. Muitos deles são acordos escritos e que não estão honrados nem na Medida Provisória nº 440, nem na Medida Provisória nº 441.

Tais acordos propõem melhoria salarial? Sim. Propõem, sim. Foram propostos por nós, da Oposição, criando despesa? Não, não, não. Por nós, não. Por quem governa. Quem é eleito para governar governa assumindo responsabilidades, fazendo avaliação das contas do Orçamento, quanto tem e quanto pode gastar. E o Governo fez a avaliação dele e propôs as MPs nºs 440 e 441. Elas envolvem criação de despesa? Sim.

O Governo reitera que pode pagar as despesas criadas? Sim, reitera. Por que nós, da Oposição, poderíamos ser mais realistas do que o rei e votar contra? Por conta da crise? Quem avalia as conseqüências da crise é o Governo, que está propondo as MPs nºs 440 e 441. Elas criam despesas? Sim, que o Governo acha e reafirma que pode honrar.

E nós vamos votar a favor. Vamos votar a favor porque nos cabe fiscalizar, nos cabe retificar, nos cabe aperfeiçoar, mas nos cabe fazer justiça. Justiça, no caso, a quem? A servidores públicos, com quem o Governo vem negociando há muito tempo. Colocou as reivindicações todas na matéria? Não. Tem muita demanda como essa. A demanda a que o Senador Romero Jucá se referiu agora é uma demanda que não cria despesa nenhuma. Ela cria expectativas de carreira, critérios de avaliação, critérios de avaliação de desempenho de auditores fiscais. Foi feita uma negociação, foi feito um debate, um entendimento entre a categoria e o órgão, e o encaminhamento das negociações, os acordos não estão contidos no texto.

O que eles pleiteiam? Que o texto contenha aquilo que significa a essência do entendimento, que não está composto, não está contido.

O que se quer fazer é justiça às conversas, aos entendimentos. Não se quer criar despesa adicional nenhuma. Em tempos de crise, eu entendo que se deve pugnar, sim, pelo cumprimento de palavra, Agora, despesa criada, não, não necessariamente. Agora, cumprimento de palavra, sim.

O que eu desejo, Sr. Presidente, dizendo que a nossa disposição é de votar as matérias propostas pelo Governo, criando as despesas que o Governo diz ter meios para honrar, é dizer que o meu Partido votará, para cumprir os benefícios que o Governo está propondo. Agora, quer fazer justiça. Aquilo que foi objeto de debate, de discussão, de entendimento entre categoria e Governo, que seja honrado, e a hora é agora. A hora é agora.

Se o Líder do Governo quiser votar simbolicamente essa matéria, sem criar despesa nenhuma, basta que pactue ou anuncie que o entendimento está posto e que o Governo concorda, pela sua palavra, em que os termos na MP da progressão na carreira funcional dos auditores da Receita e do Ministério do Trabalho sigam, não aquilo que está exatamente descrito na MP, mas aquilo que está pactuado nos entendimentos anteriores. Feito isso, o nosso voto será

favorável e pela criação das vantagens propostas pelo Governo para as categorias funcionais.